

23

MUNICIPAL DE SINOP

Ata da vigésima-sétima Sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato
Grosso.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, às vinte horas, fora aberto, à sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, a vigésima-sétima sessão ordinária do ano. Presentes apenas noão Andrade Sampaio e Sebastião de Matos o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos convidando o Vereador Waldemar Brandão a assumir os encargos da primeira secretaria e que se procedesse com a leitura da ata da última sessão realizada. Após retificações feita pelo Vereador Tacir Adomar Kirsch obteve a mesma aprovação. A seguir foram apresentadas as correspondências para o conhecimento do plenário e o balancete mensal de agosto da Câmara Municipal. Ato contínuo o Senhor Presidente conheceu os presentes da pauta do dia sendo imediatamente após lidos e encaminhados à Comissão de Justiça e Redação, Projeto número trze, autoria do Vereador Jonas Henrique de Lima e o Projeto de Decreto Legislativo número seis autoria do Vereador Waldemar Brandão. Aberto espaço de tempo ao pequeno expediente, usou da palavra o Vereador Dalton Benoni Martini para registrar denúncia contra atitudes de Policial Militar que sem medi consequências, portando arma, sacou-a, disparando contra motoqueiro em local de muito movimento, pondo em risco a vida

de pessoas. Acrescentou dizendo que se errou o elemento por não portar documento, isso não justificava tantos tiros disparados pelo policial, requerendo à Mesa que se oficiasse ao Tenente e cobrasse uma atitude correlata ao caso. José Pedro Serafini, cumprimentou, felicitando o senhor José Soá quim de Souza filho "Baiano" pela realização do terceiro jogos Olímpicos em finos. Reportou-se ainda sobre o que expusera o secretário Municipal de Saúde em sessão passada e do conhecimento que tivera do não atendimento, pelos médicos do posto, ao público, as quatro horas para as quais foram contratados, pedindo que se oficiasse ao secretário para que esclarecesse e se cobrasse atitudes caso se confirmasse a situação. Na sua vez, Jonas Henrique de Lima requereu à Mesa que designasse Comissão para contactar comitê da Vila Operária para apurar opinião quanto a mudança da denominação do local. Acatado por unanimidade o requerimento, o senhor Presidente designou os vereadores Jonas Henrique de Lima, Fernando Bispo Ferreira e Waldemar Brandão, para constituirem a Comissão. Segundo o Vereador Waldemar Brandão, na esteira da denúncia do Vereador Dalton Benoni Martini também referiu-se sobre atitude da Polícia Militar que tentava extorquir menores com ameaças e também, pelo abuso do poder da polícia quando do Pedágio realizado, fazendo uso de apitos, ofrigando a parada dos veículos à rodovia. Acrescentou que a

policia devia oferecer segurança, não ser dia, fazer ameaças. Defendeu sua colocação dizendo que não ofendera professor, apenas defendeu que para o pedágio deveria ser usado a criatividade e com faixas, painéis, conscientizasse os transeuntes. Cionou ainda o Vereador à Mesa que procurasse conhecer e providenciar quanto a reunião a ser realizada com proprietários de supermercados, não consentindo com "escravidão franca" praticada contra trabalhadores, perdendo-os de descanso semanal. A respeito do assunto supra o Vereador Stacir Ademar Blysch disse ter obtido a informação que a partir do dia vinte e dois do mês em curso os supermercados não atririam aos domingos. Acrescentando que pelos seus posicionamentos contrários já havia sofrido certas consequências. Encerrados os posicionamentos, o Senhor Presidente deu andamento a ordem do dia, sendo apresentado e lido o Projeto de Lei número dez, do Poder Executivo que refere-se ao Projeto Pluriannual Municipal. Apresentado em seguida o Parecer número quatro da Comissão Especial, sendo, em discussão e votação aprovado. Em discussão o Projeto, José Pedro Serafini, tendo em vista a não possibilidade de poder presenciar a exarcação de parecer, posicionava-se naquele momento com respeito a iluminação pública e a aquisição de sistema de som. Quanto a iluminação tivera suas dívidas esclarecidas pelos Vereadores Dalton Benoni Martini e Waldemar Brantão, pois referia-se aos super postos para Avenidas. Ficou

contudo a posição contrária quanto ao som já adquirido pelo Poder Legislativo. Nada mais havendo a discutir, obteve o projeto em sua votação e aprovação, consideradas as alterações apresentadas pela Comissão nos programas.

Apresentado a seguir o Projeto de Lei número onze, do Poder Executivo, que refere-se as despesas orçamentárias para o próximo ano, acompanhado do parecer da Comissão Especial. Apreciado o parecer, este obteve a aprovação do Plenário. Em discussão a seguir a subemenda do Vereador Stacil Adomar Kirsch, a emenda número três da Comissão Especial. Ambas apresentadas, Disse entender Waldeimar Brandão quando em reunião da comissão que com o percentual de cinco por cento era possível bem administrar a Casa, porém em contato posterior com o Vereador Stacil Adomar Kirsch que recentemente presidia a Câmara, entenderam as dificuldades em administrar e por isso passava a concordar com a subemenda. José Pedro Serafini, disse ser a favor de que se repasse à Casa o necessário para o seu bom funcionamento e que fosse feito uma análise do que o percentual representava em cruzados. Osmar Messias Martinelli, entendeu que os cinco por cento era suficiente para suprir as necessidades, considerando que haveria um acréscimo de vinte por cento no repasse da fundo de Participação dos Municípios - F.P.M. Dalton Benoni Martini disse do denominador chegado pelo estudo feito pela comissão na fixação dos cinco por cento, visto que na ges-

Tão anterior fora administrada a Casa, edificado e feitas aquisições com uma média de cinco por cento. Levou em conta ainda que o ICM no próximo ano cresceria para vinte e quatro por cento e o FPM, com a efetivação do censo, tenderia a crescer substancialmente, acreditando que o percentual da emenda seria suficiente para uma boa administração da Mesa da Casa.

Não concordava com a sub-emenda pois não tendo um percentual fixado deixaria margem para mais que seis por cento. e que se caisse a receita, o Poder Legislativo deveria conter suas despesas como o faria o Poder Executivo, e a fixação de percentual favoreceria a autonomia do legislativo. Com isso o Vereador Waldemar Brandão ^{cordar} disse que poderia, se fosse a posição dos demais, com a alteração nos termos da redação, fixando-se então em seis por cento. Concordou o Vereador Jonas Henrique de Lima que o percentual, se fixado, estabeleceria uma obrigação do Poder Executivo no repasse à Câmara. Feitos os posicionamentos foi posta em votação a sub-emenda e aprovada pela maioria do plenário, considerando assim o Senhor Presidente prejudicada a emenda substitutiva. Em apreciação a seguir a emenda aditiva número nove, também da Comissão Especial, Waldemar Brandão como membro da Comissão justificou a emenda consignadas nos programas petróleo aquícola, construções de escolas e construção de centros de ensino superior, extensão da UFMT e Núcleo de Sinop. Considerou que

o valor na conta aberta ao Núcleo de Ensino Superior de Sinop não era relevante, porém havia assim a possibilidade de suplementações. O Vereador Osmar Messias Martellelli registrou a presença do Vereador de Fiuza e quanto a emenda e prioridades na agricultura e escola Pissinati agradeceu pela reunião e acordo das lideranças em incluir no programa o Núcleo de Ensino Superior de Sinop. José Pedro Suaíni entendeu que apesar de todo o trabalho da Câmara ainda não dava garantia plena não obrigava o Executivo a atender todos os programas, pois haveriam sempre prioridades, porém o Poder Legislativo estava fazendo sua parte cabendo ao Poder Executivo a análise das prioridades. Concorreu o Vereador Waldemar Brandão que deve ria o Poder Executivo obedecer critérios de aplicação, atendidas Lei Federal e Municipal, com prioridades ao ensino fundamental. Jon Benoni Martini outro membro da Comissão, também explicou os motivos da emenda entendendo que se abertas as contas, existindo os programas e havendo receita, teria o Executivo que aplicar os recursos correspondentes. Estando o auditório totalmente tomado por universitários, arrancou-lhes aplausos o Vereador ao dizer que deveriam ajudar primeiro o desenvolvimento do ensino superior já estabelecido em Sinop e após o que viesse a ser implantado. Nada mais a acrescentar obteve a emenda a aquiescência unanime do plenário ao aprova-la. Nesse intervalo enalteceu o senhor Presidente a presen-

ça do Vereador do Município de Juara esclarecendo que só não o anunciara antes, esperando o término da apreciação da matéria supra. Apreciados em seguida e todos aprovados sem nenhuma contrariedade os requerimentos número setenta e três, autoria do Vereador Waldemar Brandão; número setenta e quatro e setenta e cinco, autoria do Vereador Jonas Henrique de Lima. Ainda do último Vereador citado, foi apresentado outro requerimento número setenta e seis, que solicitava a Constituição de Comissão Especial Permanente. Na discussão do mesmo, foi contrário o Vereador Dalton Benoni Martini, achando que não tinha embaraço o pedido, visto que já era atribuição do Vereador fiscalizar e acompanhar os atos administrativos do Poder Executivo, haviam sido eleitos para tanto e que as licitações advinham de publicações em editais, eram públicas e caberia ao Vereador contestar se apurasse irregularidades e que se fosse o caso cancelassem o ato licitatório. José Pedro Serafini endossou as palavras do seu antecessor pois achou redundante as funções já atribuídas aos Vereadores. Discordando da posição dos Vereadores Dalton Benoni Martini e José Pedro Serafini, Waldemar Brandão entendeu que estariam delegando poderes a uma comissão para apurar e relatar trazendo esclarecimentos ao Plenário para conhecimento público. Esta comissão ao seu ver seria mais respeitada, não sofreria barreiras, pois iriam fiscalizar com autonomia da Câmara, em

nome dela. Retomando a palavra Dalton Benoni Martini enfatizou que se o Vereador tivesse certeza de ato irregular, alguma licitação maldosa, já tinham o dever de denunciar. O autor da matéria em discussão voltou ao assunto da licitação para o asfaltamento da cidade e sobre denúncias, que segundo ele, se tivessem, tido o aval dos Vereadores a mesma teria sido nula e que se houve alguma coisa errada os Vereadores não tiveram conhecimento, achando por fim que a comissão formada poderia acompanhar melhor os fatos. Contestando o ato pelo Vereador Jornas Henrique de Lima, Dalton Benoni Martini salientou que todos os requerimentos feitos para esclarecer sobre a licitação, tanto ao Executivo, quanto às empresas que disseram ter sido prejudicadas haviam sido apoiados pelos Vereadores por unanimidade, os quais respondidos. Afirmou que se existisse alguém mentindo era o Vereador, pois fôraria dado o apoio pela Casa a todos os requerimentos para tirar a limpo a situação. José Pedro Suaíni enfatizou que fora na ocasião feito apelo para que quem soubesse ou tivesse alguma prova que as apresentasse o que até então ninguém o fizera, nem mesmo os empresários que disseram a terceiros terem sido prejudicados, oficializaram à Casa dizendo o contrário. Que por de toda discussão o requerimento foi aprovado pela maioria. No momento da constituição da comissão usou da palavra Osman

27

Messias Martinelli dizendo não ter nenhuma intenção de fazer parte da mesma, pois sua origem fora-lhe outorgada nas eleições e, na hora que julgasse necessário exerceria sua função. Feito isso, constituiu-se a comissão pelos Vereadores, Jonas Henrique de Lima, Waldemar Brandão e Fernando Bispo Ferreira. Dando prosseguimento na ordem do dia foram postas em apreciação as indicações númberos: quarenta e cinco, autoria do Vereador Honório Slaviero e quarenta e seis, do Vereador Jorge Atreu. Nada havendo em contrário, primeiro uma e após a outra os tiveram a aprovação do plenário. Considerando apenas o Vereador Honório Slaviero a impossibilidade do Poder Executivo em atender a todas as madeireiras necessitadas antes do período chuvoso. Em seguida foi apreciada a Moção de Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo do Deputado Federal João Teixeira. Waldemar Brandão, lembrando registros feitos em anos passados, fez questão de deixar registrado seu apoio à Moção, considerando movimento já havidos por elementos da cidade e região, para a divisão do Estado de Mato Grosso. Citou como exemplo o destaque já alcançado pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Era preciso dizer para depois crescer. Que me perdoem os cuitados; fui e fui e fui e também fui. Janai que era a favor pregando em palanque a divisão do Estado e ora se mostra contra, disse o Vereador, acrescentando que no Norte do Estado estava concentrado povo sulista,

nos, mas eram mais moços, e que o câncer da máquina administrativa estava em Ron-
donópolis, Várzea Grande e Cuiabá, onde se en-
contrava povo ocioso. Entendeu que a di-
visão favoreceria o crescimento e o desenvolvimen-
to da região. Ainda posicionaram-se os vere-
adores, Jonas Henrique de Lima, Vitoquino Dalla
Libera e Dalton Benoni Martini a favor da rea-
lização do plebiscito e se fosse a vontade
popular que se dividisse o Estado. Pondo um
breve intervalo, os trabalhos reiniciaram com
espaço aberto às explicações pessoais. Solicitan-
do a palavra, Fernando Bispo Ferreira regis-
trou as exigências feitas pelo Coordenador da
COHAB de Sinop. Lindomar Rodrigues Ferreira,
aos interessados nas casas do Parque Jequití-
tás, mau atendimento ao público, requerendo
à Mesa que oficialasse ao mesmo solicitando o
porque da exigência de título eleitoral e da
falta de esclarecimentos. Foi ser matogrossense
esclareceu ao Vereador Waldemar Brandão que
no órgão que prestava serviços, o Demat, ti-
nham apenas três matogrossenses, cabendo as
demais funções a migrantes de outros estados.
Disse que seria favorável a divisão do Estado
pois assim teriam nova vida, viveriam em
um regime totalmente diferente. Agradeceu
por fim a audiência, dizendo que todos eram
sem vindos ao Estado de Mato Grosso. Jonas
Henrique de Lima também lamentou a falta
de esclarecimentos e de informações por par-
te do responsável pela COHAB em Sinop,
afirmando-o incompetente para exercer o
cargo, alertando para que, se não viesse

a corresponder os anseios do povo que fosse agilizado pelas classes políticas em Guatá e o afastassem da função. Vitorino Dalla Libera disse estar disposto a denunciar quem não atendesse decentemente a população. Tom Benoni Martini disse da necessidade da ampliação do perímetro urbano de Sinop citando o Bairro São Cristóvão e áreas próximas ao "Rio Preto" e "Agroquímica", locais estes que gozavam de benefícios, possuindo beneficiárias que possibilitava - os a consideração como zona urbana e com isso o Poder Executivo poderia arrecadar mais impostos. Disse do Projeto que estava a elaborar e solicitou de ante mão o apoio e colaboração dos Vereadores na efetivação do mesmo. Haciu Adomar Kirsch atribuiu ao seu trabalho os benefícios levados no Bairro São Cristóvão. Mostrou-se descontente por não ter chegado oportunizado a participação por ser Presidente da Comissão de Educação, nas negociações a respeito da inclusão nos programas municipais do Núcleo de Ensino superior de Sinop. Disse que não gostaria que houvessem discriminações e saíssem prejudicados alguns Vereadores. Waldemar Brandão disse que as negociações havidas sobre programas da LDO e Plurianual foram em nome das bancadas com a participação do Presidente da Casa e se existiam as lideranças os de mais Vereadores estariam representados por elas. Jonas Henrique de Lima lembrou do contato feito com o Deputado Estadual Jorge Júnior, a respeito das caras do Parque Fequenti.

tas e o que estaria faltando era chegar a instrução normativa da COHAB de Cuiabá para simop. Encerradas as explicações pessoais o Senhor Presidente, considerando a não apresentação de relatório da Comissão formada para levantar o problema do Greid e já tendo sido concluído a pagamento a asfáltica desfez a comissão formada. Quanto a transparência das contas disse que na presente gestão estaria aberto e ao dispor de quem desejasse verificar e que o mesmo se cotrasse do Poder Executivo Municipal, quando do encaminhamento dos Balanços à Casa. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada e em Roseli Lourdes Bonafé, lavrada a presente ata, que se aprovada for, irá assinada pelo Presidente e primeiro secretário.

 R. M. S.

Lata da vigésima oitava Sessão Ordinária do Poder Executivo Municipal de Simop - Estado do Mato Grosso.

Nos trinta dias do mês de setembro de quinze mil novecentos e noventa e um, às vinte horas, fez aberta, a sala das sessões do Poder Executivo Municipal de Simop, a vigésima oitava Sessão Ordinária do ano. Presentes apenas José Pedro Serafim, João Lindnadi Sampaio e João Ferreira o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos pedindo que se procedesse com a leitura do ato da última sessão realizada, o qual, em vo-